O GOVERNO DECIDE

Redução de Cr$ 50 trilhões no déficit ■ Maior controle sobre os salários nas estatais ■ Quatro medidas para reduzir os juros ■ Antecipação no recolhimento de impostos ■ Paralisação de vários projetos em andamento ■ Maior rapidez na privatização das estatais

OS CORTES

Menos gastos e investimentos na área social

A área social foi a mais atingida pelo corte de 25% nas despesas de custeio e investimento das entidades oficiais e ministérios, determinado por atos da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, na segunda e terça-feiras. "Vou lutar até o último dia para que não haja cortes nos benefícios e serviços da previdência social", declarou o ministro da Previdência, Waldir Pires, que se mostrou surpreso com a medida. Seu ministério sofreu um corte de Cr$ 667 bilhões, o que representa 15% do total do orçamento do órgão repassado pela União.

Já o secretário-geral da Previdência, Sérgio Gaudenzi, admitiu a possibilidade de que os cortes — desde que indiretos, como adiamento de alguns investimentos (compra de equipamentos), redução das fraudes e das internações, que trariam, em conseqüência, aumento da arrecadação — reduzam a necessidade de recursos por parte da União. Ele disse que já está havendo redução da ordem de 20% nas internações hospitalares devido às investidas contra as fraudes, como também aumento significativo da arrecadação neste primeiro semestre.

Ao contrário do ministro Waldir Pires, o ministro da Saúde, Carlos Sant'anna, não se mostrou surpreso com a publicação no **Diário Oficial** do corte de Cr$ 316 bilhões no orçamento de Cr$ 1,8 trilhão do seu ministério, que representam a sexta parte dos recursos destinados pela União ao órgão. "Na verdade, fomos nós que indicamos à Seplan onde poderiam ser cortados recursos sem prejudicar nossos projetos", admitiu Sant'anna, informando que o corte não afetará nenhum programa porque foi diluído entre todas as despesas do ministério. Em contrapartida, estão entrando para o Ministério da Saúde nada menos que Cr$ 1,458 trilhão, destinados a vários programas como de complementação alimentar, saneamento básico de combate à febre amarela, combate à doença de Chagas e à malária, produção de antivenenos (antiofídicos e antitetânicos).

Educação

Apesar de especificado em cerca de 400 entidades e serviços — a maior parte dos quais supervisionados pela secretaria geral — o corte de Cr$ 474,929 bilhões nas despesas do Ministério da Educação não compromete suas atividades. O esclarecimento é do secretário-geral do MEC, Everaldo Maciel, lembrando que a contenção já estava prevista desde dezembro do ano passado.

Apesar do corte de Cr$ 1,3 bilhão sobre o programa de implementação de apoio ao desenvolvimento de mão-de-obra, o Ministério do Trabalho não terá dificuldades de adaptá-lo à nova verba. Segundo o secretário-geral do ministério, Eros de Almeida, Senai, Senar e Secad, que desenvolvem o programa, já estavam trabalhando com a previsão dessa nova contenção de despesas. No orçamento inicial, o programa contava com Cr$ 5,4 bilhões de recursos da União. Agora, será executado com Cr$ 3,4 bilhões.

Sobre o Ministério das Comunicações recaiu um corte de Cr$ 130,4 bilhões, e parcela substancial desse total — Cr$ 128,8 bilhões — sobre a Telebrás. O corte será sobre a participação da União no capital da empresa. Esse prejuízo, segundo garantiu ontem o ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, "será assimilado pela economia que teremos de fazer no setor". A Empresa Brasileira de Radiodifusão — EBN — também foi escolhida para receber um corte de Cr$ 1,3 bilhão.

Marinha

Neste ministério houve uma inovação nos cortes, não observada nos demais: a alimentação do pessoal, um tópico que, sozinho, mobilizou uma economia de Cr$ 41 bilhões. O corte total aplicado na Marinha foi da ordem de Cr$ 128,5 bilhões, cabendo o maior quinhão exatamente à parte de alimentação. O programa de reaparelhamento da Marinha, por seu lado, recebeu um corte da ordem de Cr$ 23,332 bilhões, enquanto o setor de operação e adestramento das forças navais foi contemplado com uma redução de pouco mais de Cr$ 32 bilhões.

No Estado-Maior das Forças Armadas, a mordomia anteriormente destinada à residência do ministro sofreu profundos cortes. A parte mais significante dos cortes, contudo, foi no serviço militar, pouco mais de Cr$ 1 bilhão, 60% do total de cortes no EMFA. Afinal de contas, esse setor tem uma verba própria, uma vez que cobra uma taxa de inscrições aos alistados.

Pelo decreto presidencial, o Ministério da Aeronáutica sofreu um corte de Cr$ 191 bilhões, representando 25% do seu orçamento deste ano. O maior corte desse total foi na parte de manutenção e suprimento das aeronaves e seus equipamentos, que este ano vai deixar de receber Cr$ 112 bilhões.

Dos Cr$ 4,4 trilhões que o governo cortou em suas despesas, apenas Cr$ 57,7 bilhões concentram-se no Ministério da Fazenda, atingindo quase que exclusivamente setores ligados à sua administração interna. Dos cortes da Fazenda, apenas Cr$ 3,5 bilhões referem-se a verbas sob a responsabilidade da pasta, mas integrantes dos encargos gerais da União.

O Ministério do Interior sofreu um corte de Cr$ 93 bilhões em seu orçamento. A parte mais representativa dessa redução atingiu a secretaria-geral, que teve o seu orçamento cortado em Cr$ 54 bilhões. O programa mais atingido a nível de secretaria-geral foi o de melhoria de condições habitacionais, que foi reduzido em Cr$ 40 bilhões. A Sudene sofreu um corte de Cr$ 1,826 bilhão, a Secretaria do Meio Ambiente, de Cr$ 718,750 milhões, que atingirão os programas de implantação e ampliação de estações ecológicas e preservação ambiental. O Projeto Rondon terá um corte de Cr$ 1,180 bilhão e a Fundação Nacional do Índio, de Cr$ 6,806 bilhões.

Congresso

Há cerca de um mês, a Câmara dos Deputados viveu uma situação singular: faltou papel para as milhares de cópias de projetos de lei e discursos, e a conseqüente paralisação de máquinas copiadoras, além de copos para água e cafezinho. Agora, a situação já está sob controle, mas a tradicional fartura foi suspensa na gestão do presidente Ulysses Guimarães, somada ao corte orçamentário de Cr$ 14 bilhões.

O corte significou quase 10% do orçamento da Casa e o setor mais atingido foi o dos apartamentos funcionais, com a ordem de impedir reformas dos imóveis e no mobiliário. Outro setor que sofreu foi o da alimentação, pois os cafezinhos, os biscoitos e a água mineral sofreram uma redução de 40%.

O Senado Federal perdeu Cr$ 13 bilhões do seu orçamento deste ano, que totalizava Cr$ 161 bilhões, em virtude do corte de despesas. Agora, em situação de estrangulamento, está solicitando à Seplan uma verba suplementar de Cr$ 100 bilhões para segurar o segundo semestre.

Ciência e energia

A Seplan — Secretaria de Planejamento da Presidência da República — sofreu um corte de Cr$ 49,297 milhões, insignificante do ponto de vista da administração do órgão, uma vez que essa engloba entidades que não mais se encontram sob jurisdição da Seplan, a exemplo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que sozinho sofreu um corte de Cr$ 38,416 bilhões.

PRIVATIZAÇÃO

O governo quer mais rapidez no processo

O governo enviará nos próximos dias ao Congresso um projeto de lei para agilizar a privatização de empresas estatais. O objetivo é criar mecanismos jurídicos que eliminem a atual lentidão no processo de desestatização e acelerar a redução da intervenção estatal na economia.

Também está definido que serão incluídas mais 22 estatais na lista das que serão prioritariamente privatizadas. No governo passado, de uma lista de 45 estatais, cerca de 40 foram privatizadas, extinguidas ou departamentalizadas, sobrando 15. Agora, portanto, a lista ficará em 37, e uma das primeiras a ser oferecida será a Caraíba Metais, que continua apresentando grandes prejuízos. Também a Cobec será privatizada.

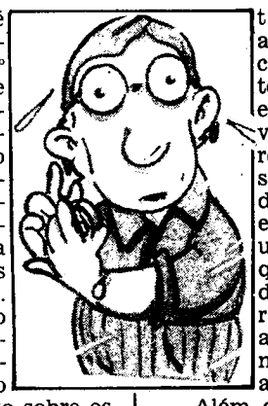
Para o governo, existe hoje uma lentidão muito grande no processo de desestatização. Um rápido levantamento concluiu que em alguns casos a demora atinge até cinco anos para se passar uma empresa do setor estatal para o setor privado.

Com instrumentos ágeis, espera o governo acelerar a menor intervenção do Estado na economia, conforme compromisso da Aliança Democrática.

Outra idéia do governo é tentar recuperar gradualmente empresas estatais que enfrentam hoje grandes dificuldades financeiras, para depois abrir seu capital. Existem, porém, problemas operacionais que deverão levar o governo mais uma vez a pedir autorização do Legislativo. É que uma série de estatais, pela lei, não podem abrir seu capital, e portanto ficam impossibilitadas de atuar no mercado de capitais.

Um decreto, para controlar os salários nas estatais.

Por esse decreto, o presidente Sarney criou o Conselho Interministerial de Salário das Empresas Estatais, que vai controlar mais de perto os salários dos diretores das estatais e dos seus funcionários no Exterior.



O presidente José Sarney assinou ontem o Decreto nº 91.370, criando o Cise (Conselho Interministerial de Salários das Empresas Estatais). Com o ato, o governo aparentemente passa a reconhecer como legítimas as negociações coletivas para o reajuste de salários dos empregados das estatais. Ou seja, admite o direito de greve em suas 422 empresas. Ao mesmo tempo, cria um mecanismo de controle mais estreito sobre os salários dos diretores destas empresas, assim como sobre a remuneração de funcionários das estatais em serviço no Exterior. Com o Cise, espera-se uma solução para as reivindicações de adiantamento e abono salarial, feitas por empregados do Banco do Brasil e da Telebrás.

Com a criação do novo órgão, o CNPS (Conselho Nacional de Política Salarial) perde suas funções normativas, passando apenas a assessorar a elaboração da política salarial do governo.

O Cise será integrado pelos ministros do Planejamento, João Sayad, que será o seu presidente, pelo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, e pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Os demais ministros não integrantes do conselho serão convidados a participar das reuniões que tratarem de matéria de interesse da entidade sob supervisão de seu ministério, porém sem direito a voto.

"O Cise é um conselho de caráter patronal, não cabendo a participação de representantes dos empregados das estatais", disse ontem o titular da Secretaria de Controle de Empresas Estatais (Sest), Henri Philippe Reichstul, em resposta à reivindicação dos sindicatos e associações de companhias do governo de a inclusão de seus representantes nas discussões sobre acordos salariais. Reichstul, pelo decreto presidencial, será o secretário-executivo do Cise.

A reformulação do CNPS estava sendo estudada pelos ministérios que agora compõem o Cise há mais de um mês. Segundo a secretária de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, Dorothea Werneck, a solução encontrada foi a melhor tecnicamente e permitirá o exame das questões salariais de forma diferenciada, coerente com as possibilidades de cada empresa.

Decisões como a expressa pelo telex do Gabinete Civil da Presidência, na última semana, estão superadas. O telex proibia às estatais conceder qualquer tipo de aumento; benefício, abono ou adiantamento a seus funcionários. Agora o Cise terá a palavra final sobre essas questões e, provavelmente, um dos primeiros casos a ser analisado será o dos funcionários do Banco do Brasil, que estão mobilizados para uma greve. Os bancários querem um empréstimo de 34,5% sobre os salários de junho, julho e agosto para devolução no último trimestre do ano.

Além dessas questões, o Cise proporá ao presidente da República as diretrizez para remuneração direta ou indireta e de despesas de representação no Exterior, de pessoal e dirigentes de entidades estatais, inclusive autarquias federais; remuneração de pessoal das entidades de direito privado subvencionadas pela União, concessionárias de serviços públicos federais e todas as empresas sob controle direto ou indireto da União.

A criação do Cise em moldes opostos ao do antigo CNPS não agravada, em princípio, ao Ministério da Fazenda. Mas, se o Conselho funcionar como está estabelecido, provavelmente agradará aos funcionários das estatais que, por várias vezes, pediram ao ministro do Trabalho a extinção do CNPS.

Imposto

A Secretaria da Receita Federal alertou o Ministério da Administração de que a parcela de indenização que completa o salário de Cr$ 26 milhões dos ministros também sofrerá a incidência do Imposto de Renda. Segundo a Receita a indenização a título de representação paga imposto, o que não acontece apenas nos casos de indenização trabalhista.

O ministro Aluísio Alves, da Administração, foi quem levantou a questão, solicitando um parecer da Receita Federal. O novo salário dos ministros, a partir de julho, alcançará Cr$ 9,5 milhões, que será completado com uma indenização de cem MVR (Maior Valor de referência), atualmente totalizando Cr$ 16.7 nmilhões. Até este mês, os ministros vinham recebendo Cr$ 5 milhões de salários e cobertura, pela União, de todos seus gastos, mordomia que está no fim.

A rigor, existe na Receita Federal cada vez mais o interesse de reduzir as isenções de Imposto de Renda, que beneficiam militares, parlamentares e magistrados, além de outras categorias em níveis inferiores.

JUROS

Quatro medidas, para reduzir ainda mais as taxas.

A diretoria do Banco Central aprovou ontem quatro importantes medidas para baixar os juros do mercado. Ficou definida a alteração do cálculo para a base do recolhimento do compulsório sobre os depósitos a vista, com a introdução de alíquotas em cascata que variam de 23,4% (banco menor) a 50% (banco maior) e o cálculo do percentual será pelo volume de operações ativas.

Com isso haverá uma diminuição do percentual do compulsório numa média de 7%. A decisão final será do Conselho Monetário Nacional, na próxima semana.

Também foi referendada a diminuição do compulsório ao Banco Central dos depósitos a prazo de 20% para 11%, que será feita à base de 3% ao mês. A outra medida autoriza as financeiras a destinar 40% de suas aplicações em capital de giro para as pequenas e médias empresas. Os 60% restantes seriam para o financiamento do crédito direto ao consumidor.

Também foi aprovada a criação de um novo título no mercado, que é o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), para fazer a ligação dos diversos segmentos no mercado financeiro. Serão autorizados a operar com este papel os bancos comerciais, de investimento e de desenvolvimento, as financeiras e as sociedades de arrendamento mercantil. Estes certificados também terão um prazo mínimo de 90 dias e sofrerão recolhimento do imposto de renda.

Zona Franca pede mais tempo a Costa Couto

O ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, reúne-se hoje em Manaus com cerca de 200 empresários para ouvi-los sobre os problemas da Zona Franca, mas já sabe qual a principal reivindicação deles: uma proposta de prorrogação dos incentivos à região, nos termos de projeto já aprovado no Senado.

A existência da Zona Franca está garantida pela legislação por mais 12 anos, até 1997, mas alguns empresários consideram esse prazo insuficiente para projetos de longa maturação, e querem mais 15 anos.

Costa Couto lembra que há muita polêmica sobre a Zona Franca, mas afirmou que está interessado em ouvir todas as partes, especialmente quem fez investimentos, "assumindo riscos e confiando nas regras do próprio governo", mas ressaltou que o prazo de vigência das franquias não pode ser indefinido.

— É preciso haver um limite, porque envolve incentivos e custos — disse.

Ele revelou que o presidente Sarney vê com simpatia a prorrogação da existência da Zona Franca, já tendo determinado ao Ministério do Interior o exame da questão. Em Manaus, o ministro presidirá a 117ª Reunião do Conselho de Administração da Suframa.

As medidas de austeridade que Sarney deve anunciar amanhã

Antecipação do prazo de recolhimento de alguns impostos e aumento das alíquotas de outros; proibição da contratação de funcionários pelas empresas estatais; cortes nos gastos do setor público; e paralisação de vários projetos em andamento. Essas serão algumas das medidas do pacote econômico que o presidente Sarney deve divulgar amanhã. Com essas mudanças, o governo prevê uma redução de Cr$ 50 trilhões no déficit público, hoje estimado em Cr$ 110 trilhões.

Sarney recebeu ontem à tarde o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, e depois o ministro do Planejamento, João Sayad, para discutir os cortes no setor público. Sayad, recebido fora da agenda, alinhavou com o presidente, mais uma vez, as diretrizes básicas do Programa Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, que também será ressaltado por Sarney em seu pronunciamento à nação, anunciado para segunda-feira.

O corte de despesas no setor público deverá alcançar Cr$ 24 trilhões. Serão paralisadas as obras de vários projetos importantes: o programa nuclear será atingido com a paralisação da usina de Angra 3, e depois o governo brasileiro tantará fazer uma nova negociação com a Alemanha. Também serão paralisadas as obras da Ferrovia do Aço, a fase 3 da Cosipa, a fase 2 de Tucuruí, Balbina e Açominas, entre outras.

A Seplan demonstrou ao Palácio do Planalto que alguns projetos, como Carajás e Itaipu, devem merecer mais consideração que outros setores. Também algumas siderúrgicas não sofrerão cortes elevados em seus orçamentos. Está definido, porém, que alguns projetos serão paralisados durante todo o governo Sarney.

Para possibilitar o aumento de receita, o governo deverá antecipar o prazo de recolhimento do IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados — sobre mais alguns produtos. Haverá uma antecipação mínima de um mês, a exemplo do que foi feito no mês passado e representou um ganho adicional, para o Tesouro, da ordem de Cr$ 3,65 trilhões. Outra medida que poderá ser anunciada amanhã será a elevação da alíquota do Imposto de Renda no **open market**, de 8% para 12%, representando um ganho de Cr$ 700 bilhões.

Porém, até ontem não havia uma definição com relação a correção da tabela do Imposto de Renda retido na fonte. Se não houver correção, o governo recolherá muito mais imposto, pelo menos alguns trilhões, para restituir ano que vem. Dornelles, ao retornar de um encontro com Sarney, disse que só amanhã haverá uma definição. E Jimir Doniak, secretário-adjunto da Receita Federal, admitiu que poderá haver atraso de um mês na correção da tabela. Se isso efetivamente ocorrer, será o sacrifício dos assalariados para o governo equilibrar suas despesas, recurso que o próprio Sarney prometeu não utilizar.

Com relação à proibição das estatais na contratação de funcionários, a medida atingirá basicamente a burocracia. Assim, quem for demitido, aposentado etc., não será substituído, a menos que faça parte da equipe operacional. O governo adverte que estará atento ao cumprimento dessa medida, e, portanto, nenhum diretor de estatal tente antecipar contratação de funcionários, porque se dará mal.

Em estudo apresentado ao Palácio do Planalto, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República demonstrou que existe hoje uma relativa folga no quadro de funcionários das empresas estatais, que tem uma remuneração bem acima do quadro de funcionários da administração direta.

Assessores categorizados do governo insistem que o presidente Sarney, ao anunciar o pacote econômico, o fará demonstrando uma "preocupação com a distribuição homogênea dos investimentos no período de seu governo". Sarney quer demonstrar que os cortes no setor público não são recessivos, e se coadunam com o ajsute estrutural do Estado.

Por isso, é que o presidente tratou de apressar o trabalho do Plano Nacional de Desenvolvimento. Amanhã à tarde, Sarney receberá Dornelles e Sayad em audiência conjunta, para discutir a versão final do pacote.

Ontem, à noite, o porta-voz Fernando César Mesquita admitiu que algumas medidas a serem anunciadas amanhã tiveram a influência dos debates do presidente com economistas e empresários, realizados recentemente na Granja do Torto.

Menos dólares para os Estados e Municípios

Começou a "operação tesoura" sobre os pedidos de autorização de empréstimos feitos por Estados e Municípios. Ontem, o ministro do Planejamento, João Sayad, comunicou ao governador de Mato Grosso, Júlio Campos, que o limite anteriormente autorizado de US$ 102 milhões foi reduzido para US$ 40 milhões. Estados como Goiás, Paraíba e Maranhão sofrerão cortes de idêntica magnitude, pois o Banco Central tem em caixa somente US$ 3,5 bilhões para autorizações aprovadas de US$ 5,5 bilhões.

Anteriormente, o governador Júlio Campos, que apoiou a candidatura Paulo Maluf, foi premiado com a "generosidade" do ministro Delfim Neto que aprovou a verba de US$ 102 milhões. Ontem, júlio Campos disse estar convencido de que o corte comunicado por Sayad nada tem a ver com a sua militância do PDS malufista, e que portanto nada tem a lamentar.

Cinco deputados da "esquerda independente" do PMDB almoçaram ontem com o ministro João Sayad, que no dia anterior fez o mesmo com a bancada da Frente Liberal no Senado — ocasião em que o grupo manifestou sua preocupação com os cortes previstos nos investimentos e nos custeios das empresas estatais. Sayad expôs aos parlamentares que a redução de dispêndios está sendo executada com o devido cuidado para não provocar recessão nem agravar o desemprego.

Os deputados Francisco Pinto, Miguel Arraes, Airton Soares, João Herman e João Gilberto — que deixaram o restaurante executivo do nono andar do Ministério do Planejamento sem contato com a imprensa — estã preocupados com o que eles chamam de ausência de articulação política em apoio ao presidente José Sarney. Eles defendem a criação de canais eficazes de comunicação entre o Executivo e o Legislativo. Sayad concordou que, em dado momento, o governo tem carecido de respaldo político do Congresso para suas medidas.

Segundo o assessor de comunicação social do Planejamento, Carlos Alberto Sardenberg, que se encarregou de dar os informes da reunião-almoço, o ministro Sayad voltou a frisar que o País precisa voltar aos patamares históricos de crescimento da economia na razão de 6 a 7% ao ano, até mesmo como medida de urgência para sanar o desemprego e a fome.

Os "independentes" do PMDB foram recebidos pelo presidente José Sarney, no último dia 21, no Palácio do Planalto. Eles entregaram ao presidente um longo documento relembrando os compromissos assumidos pelo falecido presidente Tancredo Neves, quando inaugurou a "Nova República", principalmente no que diz respeito à "renegociação soberana" da dívida externa.

Ao ministro do Planejamento, os deputados fizeram a entrega de uma cópia do documento e Sardenberg revelou depois que Sayad já tinha uma. O documento frisa, que "a nossa dívida externa é quase toda construída sob a égide de cláusulas leoninas. O Brasil pagou em 15 anos — 1970 a 1985 — US$ 144 bilhões e 992 milhões, uma vez e meia o valor atual da dívida externa (US$ 104 bilhões), correspondente a US$ 73 bilhões e 659 milhões a título de amortização do principal e US$ 71 bilhões e 333 milhões referentes a juros e serviços".

Para os parlamentares, a obediência rígida aos bancos credores ao FMI significa que o País não voltará a crescer e continuará com sua economia na recessão. Por isto, eles propõem a suspensão do pagamento da dívida até que o governo brasileiro consiga um acordo que vise à sua reestruturação, em termos mais vantajosos para o País. Defendem também a formação de um "clube de devedores" para enfrentar os países ricos.

O documento dos parlamentares diz que "é intolerável todo achatamento do salário real". Observa que "o ônus da reestruturação do sistema financeiro interno não pode recair sobre a pequena poupança, sobre os fundos de garantia e sobre os recursos necessários às atividades produtivas". Salienta que "é preciso romper, rapidamente, o círculo vicioso da especulação financeira". Nos próximos dias, os deputados almoçarão com o ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, ao qual manifestarão suas discordâncias em relação à condução da política econômica.